



ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara de Vereadores de Itajaí



REQUERIMENTO Nº 121/2022

Senhor Presidente:

O Vereador que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, requer o envio de ofício ao Exmo. Prefeito Municipal e demais órgãos competentes, solicitando resposta aos questionamentos e informações acerca dos servidores municipais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias: a) o município tem apresentado recursos judiciais à ação de execução trabalhista relacionada ao pagamento da insalubridade destes profissionais? Se sim, informar os recursos apresentados e o estágio do processo. b) Houve condenação do município por litigância de má-fé, ante o caráter protelatório destes recursos? Justificar. c) Considerando que as condenações por litigância de má-fé e o caráter meramente protelatório destes recursos, podem causar danos ao erário público, além de prejuízos a percepção dos valores pelos servidores, há intenção de iniciar voluntariamente os pagamentos frutos da condenação do município? Justificar. d) o município de Itajaí paga a estes profissionais o piso previsto na Emenda Constitucional 120/22? Se sim, comprovar, se não, justificar e informar quando iniciará o pagamento deste piso. e) O município aplicou automaticamente a Emenda Constitucional 120/22 no tocante ao pagamento da insalubridade destes profissionais? Se sim, comprovar, se não, justificar. f) de que forma o município pretende repassar aos servidores os recursos do Programa Previne Brasil, pelo atingimento de metas no atendimento da saúde pública? Justificar. g) No ano de 2020, através da Lei 7.121/19, o município pagou adicional de incentivo financeiro por produtividade aos ACSs e ACEs, porém não o fez nos anos posteriores. Há intenção de tornar esse pagamento permanente e anual, conforme promessas? Informar e justificar se há estudos para isto ou, caso não haja, por qual razão o pagamento deu-se apenas no ano de 2020.

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa obter informações sobre o processo de execução movido em favor dos ACSs e ACEs relacionado à insalubridade devida pelo município a estes servidores.

Também com relação a estes servidores, visa obter informações sobre o Pagamento do piso salarial e do adicional de insalubridade instituídos pela Emenda Constitucional 120/22, além dos recursos do Programa Previne Brasil.

SALA DAS SESSÕES, EM 29 DE JUNHO DE 2022

ROBERTO RIVELINO DA CUNHA
VEREADOR - PSDB



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí

